

Demonstrações Financeiras

Enel X Brasil S.A.

31 de dezembro de 2018

com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Financeiras

Enel X Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Enel X Brasil S.A.
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel X Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel X Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

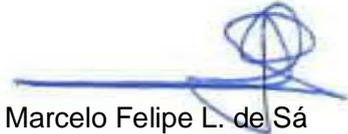
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC-1RJ094644/O-0

Enel X Brasil S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	489	927
Títulos e valores mobiliários	4	13.313	6.195
Contas a receber de clientes	5	24.501	15.152
Contas a receber com partes relacionadas	13	6.004	6.379
Estoques		1.141	1.500
Tributos a compensar	6	8.771	5.891
Adiantamento a funcionários e fornecedores		834	419
Outras contas a receber		807	220
		<u>55.860</u>	<u>36.683</u>
Não circulante			
Imposto diferido	19	6.777	3.699
Investimento		820	-
Imobilizado	7	14.475	13.713
Intangível	8	13.510	3.764
Outras contas a receber		-	105
		<u>35.582</u>	<u>21.281</u>
Total do ativo		<u>91.442</u>	<u>57.964</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	8.218	4.043
Salários, provisões e encargos sociais	10	4.272	3.628
Empréstimos e financiamentos		-	200
Obrigações fiscais	12	3.015	2.951
Partes relacionadas	13	3.922	1.868
Receitas antecipadas	11	2.102	2.600
Adiantamentos e outras contas a pagar	14	844	1.894
		<u>22.373</u>	<u>17.184</u>
Não circulante			
Receitas antecipadas	11	-	2.102
Provisão para Contingências		162	-
		<u>162</u>	<u>2.102</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	15	90.314	52.572
Outros resultados Abrangentes		(34)	-
Prejuízo acumulado		(21.373)	(13.894)
Total Patrimônio líquido		<u>68.907</u>	<u>38.678</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>91.442</u>	<u>57.964</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel X Brasil S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita Líquida	16	64.660	58.721
Custo dos serviços prestados	17	<u>(39.897)</u>	<u>(31.054)</u>
Lucro Bruto		<u>24.763</u>	<u>27.667</u>
Despesas operacionais		<u>(29.915)</u>	<u>(27.083)</u>
Despesas gerais e administrativas	17	(29.915)	(27.083)
Lucro (Prejuízo) operacional		<u>(5.152)</u>	<u>584</u>
Receitas financeiras	18	317	352
Despesas financeiras	18	<u>(935)</u>	<u>(3.254)</u>
Total resultado financeiro		<u>(618)</u>	<u>(2.902)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(5.770)</u>	<u>(2.318)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	(14)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	<u>1.438</u>	<u>397</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(4.332)</u></u>	<u><u>(1.935)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel X Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(4.332)	(1.935)
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(52)	
Impostos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	18	-
Resultados abrangentes do exercício	<u>(4.366)</u>	<u>(1.935)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel X Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Outros resultados abrangentes	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	15.733	(11.959)	-	3.774
Aumento de Capital - Capitalização de empréstimos	29.839	-	-	29.839
Aumento de Capital - AFAC	7.000	-	-	7.000
Prejuízo do exercício	-	(1.935)	-	(1.935)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	52.572	(13.894)	-	38.678
Aumento de Capital - AFAC	37.742	-	-	37.742
Prejuízo do exercício	-	(4.332)	-	(4.332)
Impacto inicial do IFRS 15	-	(4.217)	-	(4.217)
Impacto inicial do IFRS 9	-	1.070	-	1.070
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	(52)	(52)
Impostos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	18	18
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	90.314	(21.373)	(34)	68.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel X Brasil S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(4.332)	(1.935)
Ajustes por:		
Atividades operacionais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.913	1.139
Depreciação e amortização	200	822
Juros e variações monetárias	-	2.466
Tributos e contribuição social diferidos	(1.438)	(397)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(15.407)	(8.236)
Imposto Diferido	(1.640)	-
Tributos a compensar	(2.880)	(1.832)
Cauções e depósitos		
Depósitos vinculados a litígios		
Partes relacionadas	375	(4.013)
Estoques	359	1.281
Adiantamento a funcionários e fornecedores	(415)	366
Outras contas a receber	(484)	123
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras contas a pagar	4.175	(3.009)
Salários, provisões e encargos sociais	644	2.093
Obrigações fiscais	64	1.215
Partes relacionadas	2.054	(13)
Receita antecipada	(2.600)	(2.600)
Adiantamentos e outras contas a pagar	(922)	(1.553)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(19.334)</u>	<u>(14.083)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(7.118)	(3.968)
Aplicações no intangível e imobilizado	(10.708)	(2.615)
Aplicações no Investimento	(820)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(18.646)</u>	<u>(6.583)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	14.488
Aumento de Capital	37.742	7.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(37)	-
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(163)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	<u>37.542</u>	<u>21.488</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(438)</u>	<u>822</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	927	105
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>489</u>	<u>927</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(438)</u>	<u>822</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Enel X Brasil S.A (“Companhia”), anteriormente denominada EN - Brasil Comércio e Serviços S.A. - Prátil, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, foi constituída em 18 de agosto de 2009 e tem como objeto social principalmente, a participação no capital social de outras companhias e/ou sociedades, associações, joint-ventures, consórcios e outras formas de associação, no Brasil e/ou no exterior, a produção, industrialização, montagem e o comércio em geral, inclusive a importação e/ou exportação, para comercialização própria ou por terceiros, a prestação de serviços em geral, de qualquer natureza ou especialidade, inclusive os direta ou indiretamente relacionados com suas atividades. A sociedade poderá desenvolver as atividades relacionadas, inclusive indiretamente, com seu objeto social, tanto diretamente quanto por meio de terceiros, seja com marca própria como de terceiros, mediante celebração de contratos, consórcios, convênios, parcerias ou quaisquer outras modalidades de acordo de vontades.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 28 de março de 2019.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A Companhia não apresentou as demonstrações consolidadas por ter satisfeito as condições apresentadas a seguir:

- (i) a controladora é ela própria uma controlada integral da Enel Brasil, a qual, em conjunto com os demais acionistas, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora;
- (ii) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);
- (iii) a controladora final disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com este pronunciamento;

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros/Passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

	Saldo contábil originalmente apresentado em 31.12.2017	Ajuste de transição	Saldo em 01/01/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.339)	1.621	(718)
Contas a receber	(2.339)	1.621	(718)

Classificação - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Ativo intangível

São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.7. Reconhecimento de receita

a) Vendas de serviços

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. O princípio básico da norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47/IFRS 15:

- 1- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- 2- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- 3- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- 4- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e
- 5- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no que tange aos (i) custos incrementais na obtenção dos contratos de seguro e (ii) o reconhecimento da receita dos contratos de eficiência energética, vide abaixo:

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

- (i) Os custos incrementais para obtenção de um contrato devem ser reconhecidos como ativo se a entidade espera receber esses custos. Estes custos são os incorridos para obter um contrato com um cliente que a entidade não teria de suportar se não tivesse obtido. Um ativo reconhecido será amortizado em base sistemática consistente com a transferência para o cliente dos serviços. Diante do negócio da Companhia, os custos com comissão de vendas estão dentro do âmbito passíveis de reconhecimento de ativo.
- (ii) No contrato de eficiência energética há duas obrigações de performance no contrato, que são a substituição das lâmpadas e a efetiva eficiência energética produzida ao cliente com a evolução da qualidade da iluminação da área. Nesse sentido, o reconhecimento de receita deve respeitar o timing do cumprimento integral das obrigações de performance.

Abaixo demonstramos o impacto da adoção inicial:

	Saldo contábil originalmente apresentado em 31.12.2017	Ajuste de transição	Saldo em 01/01/2018
Contas a receber	15.152	(6.386)	8.766

Além das receitas descritas acima a Companhia também possui as seguintes operações relevantes:

- i) Locação de painéis fotovoltaicos instalados no site do cliente ou em área específica não sendo propriedade do cliente, cuja obrigação de performance é a disponibilidade dos painéis fotovoltaicos.
- ii) Venda de painéis fotovoltaicos com instalação no site do cliente. Nesta modalidade a obrigação de performance se dá ao longo do tempo de instalação, uma vez que os benefícios ofertados pela instalação são instantaneamente observados em virtude do controle do ativo pelo cliente.

A Administração concluiu que as linhas de receita acima não sofreram impacto pela adoção da nova norma.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

b) Imposto diferido

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa ("CPC 03").

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2.10. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

-IFRS 16 CPC 06(R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento do Grupo durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais do grupo.

Com relação aos compromissos de arrendamento remanescentes, o grupo espera reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R\$ 2.050 em 1º de janeiro de 2019, passivos de arrendamento de R\$ 2.050.

A Companhia estima que o lucro líquido após os impostos irá diminuir, aproximadamente, em R\$ 456 em 2019, como resultado da adoção das novas regras. Espera-se que o EBITDA ajustado utilizado para mensurar os resultados de segmentos aumente em aproximadamente R\$ 989, já que os pagamentos dos arrendamentos operacionais foram incluídos no EBITDA, mas a amortização dos ativos de direito de uso e os juros sobre o passivo de arrendamento são excluídos dessa medida.

Os fluxos de caixa operacionais irão aumentar e os fluxos de caixa de financiamento irão diminuir aproximadamente R\$ 598, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento será classificada como fluxos de caixa de atividades de financiamento.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

- IFRIC 23/CPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Não há expectativa que interpretação impacte as demonstrações financeiras da Companhia.

- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>489</u>	<u>927</u>
	<u>489</u>	<u>927</u>

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixas são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundos de investimentos não exclusivos	<u>13.313</u>	<u>6.195</u>
	<u>13.313</u>	<u>6.195</u>

A Companhia aplica seus excedentes de caixa em fundos de investimentos, os quais referem-se a fundos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituição financeira de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.

5. Contas a receber de clientes

	<u>A vencer</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cientes	13.206	9.988	4.938	28.132	17.491
Contas a receber partes relacionadas (Nota 15)	6.002	-	-	<u>6.002</u>	<u>6.379</u>
				<u>34.134</u>	<u>23.870</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(3.629)	<u>(3.629)</u>	<u>(2.339)</u>
				<u>30.505</u>	<u>21.531</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída com base a prática descrita na nota 2.3.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Adoção inicial</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.339)	<u>(2.913)</u>	2	1.621	<u>(3.629)</u>
	<u>(2.339)</u>	<u>(2.913)</u>	<u>2</u>	<u>1.621</u>	<u>(3.629)</u>

O efeito da adoção inicial, conforme à norma, foi reconhecido no patrimônio líquido.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Tributos a compensar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda e contribuição social	3.158	2.225
PIS e COFINS	2.750	1.819
ICMS	842	955
INSS	1.740	694
ISS	281	198
	<u>8.771</u>	<u>5.891</u>

O saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e a retenções de notas fiscais emitidas.

O saldo de contribuição social, PIS e COFINS a compensar referem-se a valores retidos na fonte sobre notas fiscais emitidas. Quanto aos saldos de INSS e ISS a compensar, os mesmos referem-se a valores retidos na fonte sobre notas fiscais emitidas à construção civil e a clientes substitutos tributários, respectivamente.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

Os bens e as instalações da Companhia seguem demonstrados abaixo, com suas respectivas depreciações, a saber:

Descrição	Taxas de depreciação média (%) a.a	2018			2017		
		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Edificações e outros imóveis	4%	134	(64)	70	134	(59)	75
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10%	12.512	(1.020)	11.492	636	(1.224)	(588)
Veículos	25%	228	(55)	173	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	774	(285)	489	338	(155)	183
Total do Imobilizado em Serviço		13.648	(1.424)	12.224	1.108	(1.438)	(330)
Imobilizado em andamento		2.251	-	2.251	14.043	-	14.043
Total do Imobilizado em Curso		2.251	-	2.251	14.043	-	14.043
Total do Imobilizado		15.899	(1.424)	14.475	15.151	(1.438)	13.713

	31/12/2017	Adições	Reclassificações	Transferências	Depreciação	31/12/2018
Edificações e outros imóveis	75	-	-	-	(5)	70
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	(588)	-	-	11.876	204	11.492
Veículos	-	-	-	228	(55)	173
Móveis e utensílios	183	-	-	436	(130)	489
Imobilizado em curso	14.043	490	258	(12.540)	-	2.251
	13.713	490	258	-	14	14.475

8. Intangível

Estão registrados como projetos os gastos referentes à implantação e a aquisição de licenças de uso de software e a criação de desenho arquitetônico.

No intangível em curso estão registrados os gastos referentes à implantação e desenvolvimento de softwares, enquanto os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a projetos e estudos de viabilidade de implantação e negociação de painéis solares.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Softwares	Projetos	Intangível em curso	Total
Taxas de amortização média (%) a.a.	25%			
Saldo em 31 de dezembro 2016	<u>352</u>	<u>1.597</u>	<u>840</u>	<u>2.789</u>
Adições	-	-	1.078	1.078
Amortização	(103)	-	-	(103)
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>249</u>	<u>1.597</u>	<u>1.918</u>	<u>3.764</u>
Adições	-	-	10.218	10.218
Reclassificações	-	-	(258)	(258)
Transferência	1.826	-	(1.826)	-
Amortização	(214)	-	-	(214)
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u>1.861</u>	<u>1.597</u>	<u>10.052</u>	<u>13.510</u>

9. Fornecedores

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores	8.218	4.043
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 15)	3.922	1.868
	<u>12.140</u>	<u>5.911</u>

10. Salários, provisões e encargos sociais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Folha de Pagamento	2.573	2.327
Provisões de Férias	1.699	1.301
	<u>4.272</u>	<u>3.628</u>

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

11. Receitas antecipadas

Em 22 de outubro de 2014 a Companhia celebrou contrato junto à Tokyo Marine Seguradora S.A., passando a atuar como agente de vendas de serviços de seguros a serem comercializados a consumidores finais da respectiva seguradora. Nesta negociação, ficou definido em contrato que no decorrer do prazo de 5 anos, a Companhia será remunerada pelos serviços de agenciamento no montante I de R\$13.000, o qual fora pago de maneira antecipada pela Tokyo Marine quando da celebração do contrato.

O referido montante fora registrado como uma receita antecipada da Companhia, sendo apropriado mensalmente no decorrer do contrato. Em 31 de dezembro de 2018 foi apropriado uma receita de R\$2.102 (R\$2.600 em 2017).

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas antecipadas - circulante	2.102	2.600
Receitas antecipadas - não circulante	-	2.102
	<u>2.102</u>	<u>4.702</u>

12. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	-	14
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	40	270
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	814	517
Programa de integração social - PIS	216	145
Instituto nacional de seguridade social - INSS	753	573
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	76	635
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	43
Imposto Sobre Serviços - ISS	687	616
Outros Tributos e Contribuições	429	138
	<u>3.015</u>	<u>2.951</u>

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

13. Partes relacionadas

	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita (Despesa)	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita (Despesa)
Ampla Energia e Serviços S.A (a)	905	80	1.791	3.185	147	9.265
Enel Brasil (b)	609	-	-	609	204	(2.466)
Enel Cien S.A (c)	78	-	-	-	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE (a)	3.332	108	10.529	2.467	100	9.590
CGTF- Central Geradora Termelétrica Fortaleza	1	-	-	1	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda (d)	-	1.597	-	-	1.597	-
Enel Green Power Participações Ltda (e)	117	-	-	117	-	-
Enel SPA (f)	-	216	(196)	-	20	83
Enel X S.r.l (f)	582	1.817	(1.236)	-	-	-
Enel Itália IT (f)	-	10	(10)	-	-	-
Eletropaulo (a)	-	94	(191)	-	-	-
Celg Distribuição S.A. – CELG D (a)	380	-	492	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	6.004	3.922	11.179	6.379	2.068	16.472

(*) Esses valores são classificados como contas a receber e fornecedores, respectivamente (vide Notas 5 e 10).

- (a) A Companhia possui contratos vigentes com Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla"), Companhia Energética do Ceará – Coelce, Enel Distribuição São Paulo – Eletropaulo e Celg Distribuição S.A. – CELG D, ambas distribuidoras de energia pertencentes ao mesmo grupo econômico e suas operações decorrem substancialmente dos contratos de repasse da fatura de energia elétrica dos valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, bem como de serviços de fiscalização de obras e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 547, DE 12 DE MARÇO DE 2018.
- (b) Enel Brasil – refere-se a subordinação dos encargos dos empréstimos que serão reembolsados posteriormente.
- (c) Enel Cien S.A. (anteriormente denominada Companhia de Interconexão Energética S.A.) - Se deve a faturamento pelo projeto Microredes, que tem prazo de vigência de 36 meses, sendo o valor total do contrato de R\$600.
- (d) Enel Green Power Desenvolvimento Ltda. - Refere-se a um desenvolvimento de projeto interno relativo a plano de negócio solar. Este serviço foi inicialmente contratado pela Enel Green Power com a McKinsey, tendo a Enel já liquidado este passivo. Com a migração do segmento de Geração Distribuída para a Companhia, esta constitui um passivo junto à Enel para ressarcir o valor pago à referida consultoria. As condições de preços e prazo foram estabelecidas entre as partes mediante contrato, não existindo a previsão de incidência de juros e atualização monetária, bem como de prazo para liquidação.
- (e) Enel Green Power Brasil Participações Ltda. - Refere-se instalação de painéis solares na embaixada Italiana no Brasil. As condições de preços e prazo foram estabelecidas entre as partes mediante contrato, não existindo a previsão de incidência de juros e atualização monetária, bem como de prazo para a liquidação.
- (f) Enel SPA, Enel X S.r.l e Enel Itália - Corresponde a prestações de serviços relativos à tecnologia, estruturais e de disponibilização de recursos humanos.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$793 (R\$905 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

14. Adiantamentos e outras contas a pagar

O saldo de outras contas a pagar refere-se ao adiantamento feito pelas distribuidoras referente a arrecadação da 1ª quinzena de dezembro, essas operações decorrem substancialmente dos contratos de repasse da fatura de energia elétrica dos valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, bem como de serviços de fiscalização de obras.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado está representado por 346.546 mil de ações ordinárias sem valor nominal (144.866 mil em 2017), todas com direito a voto, sendo sua distribuição como segue:

Acionista	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	346.545.901	99,9999997%	144.865.684	99,99998%
Central Geradora Termoeletrica Forlataza (Enel Geração Fortaleza)	1	0,0000003%	1	0,00002%
Total	346.545.902	100%	144.865.685	100%

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2018 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia de R\$ 52.572 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos) para R\$ 62.972 (sessenta e dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, cento e trinta e seis reais e sessenta centavos), sendo o referido aumento no valor de R\$ 10.400 (dez milhões, quatrocentos mil e quatro centavos), mediante a emissão, para subscrição privada, de 57.777 (cinquenta e sete milhões, setecentos e setenta e sete mil, setecentas e setenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,18 (dezoito centavos), calculado com base no valor patrimonial das ações, conforme artigo 170, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, subscritas pela acionista controladora Enel Brasil S.A. O valor total de R\$ 10.400 (dez milhões, quatrocentos mil e quatro centavos) foi totalmente subscrito pela acionista Enel Brasil S.A. A acionista CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. renunciou de forma irrevogável e irretroatável ao seu direito de preferência para a subscrição das novas ações emitidas.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Além disso, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2018 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 62.972 (sessenta e dois milhões, novecentos e setenta e dois mil, cento e trinta e seis reais e sessenta centavos) para R\$90.314 (noventa milhões, trezentos e treze mil e seiscentos reais), sendo dito aumento no valor de R\$ 27.341 (vinte e sete milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e quarenta centavos), mediante a emissão, para subscrição privada, de 143.902 (cento e quarenta e três milhões, novecentas e duas mil, quatrocentas e trinta e nove) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,19 , calculado com base no valor patrimonial das ações, conforme artigo 170, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, subscritas pela acionista controladora Enel Brasil S.A. O valor total de R\$27.341 (vinte e sete milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e quarenta centavos) foi totalmente subscrito pela acionista Enel Brasil S.A. A acionista CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. renunciou de forma irrevogável e irretroatável ao seu direito de preferência para a subscrição das novas ações emitidas.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia determina que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude do atendimento aos limites legais.

c) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das sociedades por ações. Com base no prejuízo apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve lucro a ser distribuído sob a forma de dividendos.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

16. Receita líquida

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de Serviços	64.721	63.690
Receita de Material	8.567	3.416
Receita de Aluguel	315	398
Total da Receita operacional bruta	<u>73.603</u>	<u>67.504</u>
(-) Deduções da receita		
ISS	(2.530)	(2.459)
COFINS	(5.268)	(5.130)
PIS	(1.144)	(1.114)
ICMS	(1)	(80)
Total de deduções de receita	<u>(8.943)</u>	<u>(8.783)</u>
	<u>64.660</u>	<u>58.721</u>

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

17. Custo e despesas operacionais

	Custo do Serviço		Despesas gerais e administrativas	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(7.980)	(11.081)	(16.217)	(7.360)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(2.913)	(1.139)
Material	(11.469)	(5.514)	-	-
Serviços de terceiros	(20.448)	(14.459)	(7.185)	(16.620)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(395)	(889)
Depreciação e amortização	-	-	(200)	(824)
Outras Despesas	-	-	(3.005)	(251)
Total	<u>(39.897)</u>	<u>(31.054)</u>	<u>(29.915)</u>	<u>(27.083)</u>

18. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	164	254
Outras receitas financeiras	153	98
Total da receita financeira	<u>317</u>	<u>352</u>
Despesa financeira		
Multas	(147)	(207)
Encargos de dívidas	-	(2.466)
Outras despesas financeiras	(788)	(581)
Total da despesa financeira	<u>(935)</u>	<u>(3.254)</u>
Total	<u>(618)</u>	<u>(2.902)</u>

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social

Após um planejamento tributário realizado no final de 2015, a Companhia optou por calcular o imposto de renda e a contribuição social através do lucro real (artigo 1º da Lei nº 9.430, de 1996), em função de reduzir a carga tributária para o ano de 2016 com essa forma de tributação, decisão influenciada principalmente pelo prejuízo contábil previsto para o ano.

Abaixo segue a reconciliação do IRPJ e CSLL ano 2018:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(5.770)	(5.770)	(2.318)	(2.318)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	1.467	519	580	209
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(383)	(123)	(302)	(109)
Incentivos fiscais e outros	(42)	-	5	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.042	396	283	100
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(9)	(5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.042	396	292	105
Total	1.042	396	283	100

20. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar com terceiros e partes relacionadas.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	Categoria	Nível	31/12/2018		31/12/2017		
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	489	489	927	927	
Titulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	13.313	13.313	6.195	6.195	
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	24.501	24.501	15.152	15.152	
Passivo							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	-	-	200	200	
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	2	8.218	8.218	4.043	4.043	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2	844	844	1.894	1.894	

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A Empresa se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Empresa e podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Empresa neste momento, dadas as suas operações atuais).

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Empresa estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Empresa são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Empresa não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Enel X Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Gestão de capital

A política da Empresa é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio.

21. Participação nos resultados

A Companhia implantou em 2015 o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. Devido ao resultado apresentado nos anos de 2017 e 2018 não houveram participação em resultado nesse exercício.

22. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco Operacional	01/11/2018	31/10/2019	R\$ 13.926	R\$ 4.195.054
Responsabilidade Civil	01/11/2018	31/10/2019	N/A	R\$ 741.012